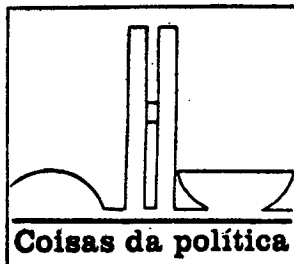


A semana é de Andreazza

A semana política é do Ministro Mário Andreazza, que vai hoje à sede do PDS levar o slogan "Democracia, Trabalho e Justiça Social", como subsídio para um programa que, a seu ver, o partido deverá adjetivar. Ao contrário do ex-Governador Paulo Maluf, que dominou o noticiário político da semana passada, oferecendo ao partido um programa de governo já adjetivado, referendado pelo Ministro Golbery do Couto e Silva, o candidato Andreazza procura sublinhar a naturalidade de sua postulação como a daquele que, sucedendo o Presidente Figueiredo, fechará, sem turbulência, num clima desenvolvimentista, o ciclo revolucionário iniciado em 1964, até hoje à procura de um *happy end*.

Se os primeiros dias do ano favoreceram o Vice-Presidente Aureliano Chaves — candidato que vem esperando o reconhecimento dos convencionais do PDS, na base de seu impecável *curriculum vitae* — respira-se neste fim de mês, em Brasília, um clima que, se durar até setembro, resumirá a sucessão de Figueiredo a um corpo-



corpo entre a competência irresistível de Maluf e a capacidade de sobrevivência de Andreazza.

Mas a coisa não é tão simples como pretendem as assessorias dos dois candidatos, alinhando nomes e conferindo números mais do que otimistas. Como dizia uma figura proeminente do Governo, o País vive uma situação política sem precedente e, portanto, imprevisível.

Quando a eleição do Presidente era direta, esta seria a época dos grandes comícios e das alianças claras. Nos tempos de Médici e Geisel, a eleição indireta era tão fechada que nada mais era do que uma questão de Estado-Maior. Hoje, a situação é peculiar. Vai-se escolher um Presidente numa eleição indireta aberta que o Governo não pode controlar, e que só se definirá quando, em setembro, 773 políticos, portadores de 964 votos, indicarem aquele que, certamente, será sagrado no Colégio Eleitoral de janeiro de 1985.

Essas 773 pessoas têm, além de carteira de identidade e título de eleitor, um compromisso histórico com o futuro político do País, mas têm também interesses políticos próprios a curto e médio prazos. São esses 235 deputados federais e 46 senadores eleitos pelo PDS em novembro de

1982 que, somados a 562 votos de delegados, vão fazer o sucessor do Presidente Figueiredo.

O universo é quantificável. Mas é difícil avaliar com precisão sua reação, às investidas diretas dos candidatos e aos apoios de "grandes eleitores" que, na verdade, não terão assento no Colégio Eleitoral. Sabe-se, por exemplo, que os Governadores da Paraíba e do Rio Grande do Norte estão com o Ministro Andreazza, e que a Paraíba tem 27 votos na Convenção, e o Rio Grande do Norte, 24. Mas não se sabe se os sete deputados federais da Paraíba e os cinco do Rio Grande do Norte seguirão seus governadores. Como o atual processo não tem precedente, não se pode ainda medir o grau de influência de governadores e "notáveis" na Convenção do PDS.

Os que lutam pela candidatura Andreazza garantem números semelhantes aos que apregoam os malufistas. Um dos principais assessores do Ministro do Interior chega a perguntar o porquê do triunfalismo malufista, quando, segundo ele, as pesquisas mostram que o ex-Governador de São Paulo só tem maioria garantida em dois ou três Estados. Os malufistas, embora considerem favas contadas a vitória na Convenção de setembro, mostram-se inseguros quanto à importância prática

de apoios como o do Ministro Golbery do Couto e Silva.

Chega-se, aí a um ponto muito discutido do processo sucessório. Um andreazzista diz, com razão aparente, que não conhece nenhum deputado ou senador que diga que vai votar em quem Geisel ou Golbery mandar. Mas os andreazzistas não dispensam apoios notáveis, como o que poderia dar o Presidente Figueiredo.

Realistas, nesse ponto, os partidários de Andreazza não esperam que o Presidente faça um pronunciamento que demonstre sua torcida pelo Ministro do Interior. Acreditam que o apoio do Presidente, na hora devida, será muito mais importante do que o telegrama do Ministro Golbery em favor da candidatura Maluf. Esse apoio deverá ocorrer em julho, quando o Ministro Andreazza tiver de se desincompatibilizar, e seria uma resposta à indagação que se faz sobre a sorte política de Andreazza privado do Ministério do Interior, dois meses antes da Convenção. A substituição de Andreazza pelo seu próprio secretário-geral, o Coronel Rocha Maia, seria um ato concreto de cobertura política à candidatura Andreazza.

LUIZ ORLANDO CARNEIRO

Diretor do JORNAL DO BRASIL
em Brasília